

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.013

# ENTRE RESISTÊNCIAS E LIBERDADES: TESSITURAS ACERCA DOS MOVIMENTOS E/ OU GRUPOS LGBT NO INTERIOR PAULISTA E A POTÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Daniel Francisco de Andrade<sup>1</sup>Edney Wesley Antunes<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar quais são os grupos organizados de pessoas da comunidade LGBT na cidade de Franca/SP, no período de 2013 a 2014, buscando compreender como suas ações podem contribuir para o desenvolvimento humano e social, com base na concepção de desenvolvimento como liberdade conceito apresentado por Amartya Sen. O estudo parte da compreensão de que as pessoas LGBT, apesar de avanços legais, ainda são alvo de violências e exclusões que comprometem a qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas, tendo como participantes da pesquisa pessoas maiores de 18 anos, selecionados por meio da técnica de amostragem em cadeia (snowball), e que fazem parte de algum grupo e/ou movimento da comunidade LGBT de Franca/SP. O referencial teórico

1 Doutorando em educação pela Universidade da Cidade de São Paulo, Mestre em educação pela Universidade Moura Lacerda de Ribeirão Preto, daniel.danni000@gmail.com ;

2 Doutor em Serviço Social pela Universidade Estado de São Paulo, Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitario Municipal de Franca, psicologuedney@gmail.com

baseia-se, além de Sen, em autores como Jurandir Freire Costa, Luiz Mott, Cecília Minayo e Zambam, articulando os campos do desenvolvimento, sexualidade, identidade e representações sociais. Os resultados revelam que, mesmo diante da ausência de políticas públicas locais voltadas à população LGBT, os sujeitos entrevistados constroem estratégias de resistência e de afirmação, expressam consciência crítica sobre sua condição social e apontam caminhos possíveis para a promoção da inclusão e da equidade. A pesquisa evidencia a importância de reconhecer esses sujeitos como agentes ativos do desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento de práticas democráticas e de justiça social.

**Palavras-chave:** desenvolvimento como liberdade, movimento e/ou grupo LGTB, movimento social.

## INTRODUÇÃO

Entender o intervalo que precede uma ruptura histórica é igualmente crucial ao examinar suas consequências. Este trabalho insere-se nessa iniciativa ao explorar o contexto de 2013 e 2014, anos que precedem a pandemia de COVID-19, com o objetivo de compreender como se organizavam certos grupos e instituições antes das profundas mudanças ocasionadas pela crise sanitária global. Mais do que apenas um recorte temporal, configura-se como um exercício de memória crítica que visa estabelecer critérios para comparações e análises futuras acerca dos impactos da pandemia nas dinâmicas sociais e educacionais.

Ressaltamos que nas últimas décadas, o Brasil tem se tornado palco de intensos embates em torno dos direitos das populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e demais sujeitos que se reconhecem sob o guarda-chuva político da sigla LGBT. O processo de redemocratização, a Constituição de 1988 e a mobilização social ampliaram a arena pública para tais demandas, mas a trajetória histórica dessas populações ainda é marcada por estigmatização, violência e exclusão social.

Como aponta Benevides (2024), o Brasil continua entre os países com maior índice de assassinatos de pessoas transgênero, e as violências contra a comunidade LGBT se distribuem em múltiplas dimensões: física, simbólica, institucional e cultural.

[...] o Brasil segue como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, pelo 16º ano consecutivo. É o que aponta a atualização publicada pela *Transgender Europe* (TGEU) obtida em primeira mão pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2024, p.1).

Os dados apresentados pelo Atlas da Violência de 2025 (Cerqueira, Bueno e Lima et. al., 2025) por sua vez, evidenciam um crescimento expressivo e preocupante nos registros de violência contra pessoas LGBT no Brasil, sinalizando a persistência de dinâmicas estruturais de discriminação e exclusão. Entre 2022 e 2023, observou-se um aumento de 35%

nos casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados pelo sistema de saúde, ao passo que os episódios envolvendo pessoas transsexuais e travestis cresceram 43% no mesmo período. Destaca-se, nesse contexto, o incremento mais acentuado entre homens transsexuais, embora o número absoluto de ocorrências continue significativamente maior entre mulheres transsexuais, o que reflete as hierarquias e vulnerabilidades de gênero historicamente construídas.

Ao se considerar a série histórica de 2014 a 2023, o quadro torna-se ainda mais alarmante. De acordo com o Atlas de Violência de 2025 (Cerqueira, Bueno e Lima et. al., 2025), os casos de violência contra mulheres transsexuais aumentaram 1.110,99%, passando de 291 para 3.524 registros. Entre homens transsexuais, o crescimento foi ainda mais expressivo, atingindo 1.607,69% no período. Já os registros de violência contra travestis saltaram de 27 para 659 casos, representando uma elevação de 2.340,74%. Esses números indicam não apenas a intensificação das violências de gênero e sexualidade, mas também a ampliação da visibilidade dessas populações nos sistemas oficiais de notificação, o que pode estar relacionado a avanços parciais em políticas públicas e mecanismos de denúncia.

Todavia, a interpretação desses dados requer cautela metodológica e analítica. É fundamental ressaltar que os registros não necessariamente correspondem a casos tipificados de LGBTfobia, uma vez que os sistemas de informação em saúde e segurança pública ainda carecem de padronização na categorização das motivações das violências; e os números absolutos não configuram taxas, pois o país não dispõe de dados populacionais consolidados sobre a população LGBT, o que inviabiliza a construção de indicadores proporcionais e comparações intertemporais precisas.

Assim, os dados do Atlas da Violência 2025 denunciam a persistência de uma cultura estrutural de violência e marginalização, cujas raízes se entrelaçam com o patriarcado, as cisheteronormas, as desigualdades sociais e raciais. A leitura crítica desse cenário impõe a necessidade de

políticas públicas robustas, sustentadas em evidências, que articulem educação, saúde, segurança e direitos humanos de modo transversal, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades que compõem a população LGBT.

Desta forma, este cenário evidencia a ausência de políticas públicas e ações que salvaguardem o direito à vida de pessoas LGBT, sendo assim, se nas capitais e grandes centros observa-se a emergência de políticas públicas mais estruturadas, no interior do país persiste um cenário de invisibilidade e silêncio institucional.

Cidades médias como Franca/SP apresentam um paradoxo: ao mesmo tempo em que convivem com movimentos organizados de afirmação identitária, mantêm estruturas políticas locais pouco permeáveis às pautas da diversidade sexual e de gênero. A ausência de políticas específicas, combinada ao conservadorismo cultural e religioso, impõe barreiras adicionais ao exercício da cidadania plena por parte da comunidade LGBT.

É nesse contexto que este estudo se insere, buscando compreender quais grupos e/ou movimentos LGBT estavam organizados em Franca/SP, no período de 2013 a 2014, e de que forma suas ações contribuíram para a constituição de práticas de resistência, afirmação identitária e promoção de liberdades.

A escolha desse período não é aleatória: trata-se de um momento de intensificação do debate público sobre direitos LGBT no Brasil, em que decisões do Supremo Tribunal Federal, como o reconhecimento da união homoafetiva (2011), colocaram em evidência a necessidade de avanços concretos no campo da cidadania.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa adota como eixo central a concepção de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (2010), articulando-a a perspectivas críticas sobre sexualidade e identidade de gênero (Butler, 2010; Bento, 2006; Louro, 2004) e a estudos sobre movimentos sociais e justiça social (Fraser, 2001; Zambam,

2007). Parte-se da premissa de que o desenvolvimento não pode ser reduzido a indicadores econômicos, mas deve ser compreendido como

processo de ampliação das capacidades humanas, envolvendo o direito de viver sem medo, expressar identidades e participar da vida social em condições equânimes.

Amartya Sen (2010) compreende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, nesse sentido “desenvolver e fortalecer um sistema democrático é um componente essencial do processo do desenvolvimento” (SEN, 2000, p.185).

O desenvolvimento deve estar, sobretudo, vinculado à melhoria das condições de vida e à ampliação das liberdades individuais. Seu propósito fundamental consiste em expandir tais liberdades, de modo a valorizar a existência humana, não apenas tornando-a mais próspera e autônoma, mas também favorecendo uma interação ativa com o mundo, capaz de transformá-lo na mesma medida em que é por ele influenciada.

O problema de pesquisa que orienta este artigo pode ser formulado da seguinte maneira: como grupos e/ou movimentos LGBT de Franca/SP, entre 2013 e 2014, construíram estratégias de resistência e afirmaram-se como agentes de desenvolvimento social, em um contexto de ausência de políticas públicas locais?

A investigação tem como objetivo geral identificar e analisar os grupos LGBT existentes em Franca/SP nesse período, buscando compreender em que medida suas ações dialogam com a concepção de desenvolvimento como liberdade.

Diante desse panorama, compreender as formas de resistência e os modos de organização da população LGBT em contextos locais torna-se essencial para revelar como, mesmo diante da ausência de políticas públicas e do avanço de discursos conservadores, emergem práticas que afirmam a vida e ampliam liberdades. A análise das experiências em Franca/SP, no período de 2013 a 2014, permite identificar como esses grupos materializaram, em escala microsocial, o sentido do desenvolvimento como liberdade, conceito que orienta a reflexão teórica deste trabalho.

## DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

A noção de desenvolvimento como liberdade, formulada por Amartya Sen (2010), tornou-se um marco ao redefinir o conceito de desenvolvimento. O autor rompe com a perspectiva economicista que reduz bem-estar a renda ou crescimento do PIB, defendendo que o desenvolvimento se mede pela ampliação de “liberdades substantivas”, ou seja, as condições reais para que sujeitos escolham e conduzam suas vidas. Para Sen (2010), a privação de liberdade é, simultaneamente, causa e consequência da pobreza, e o papel das políticas públicas é criar mecanismos que expandam capacidades.

Segundo Antunes (2015, p. 27)

Pensar o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. De modo geral, a base do entendimento da liberdade para Amartya Sen está centrada no conceito de capacidades, que diz respeito a um tipo específico de liberdade substantiva em que os sujeitos possuem certas possibilidades de escolha para a ação.

A noção de liberdade substantiva em Amartya Sen (2010) ultrapassa a ideia de liberdade como mera ausência de coerção, vinculando-a à capacidade efetiva de cada pessoa em conduzir a própria vida segundo suas escolhas e valores. Trata-se de um conceito que articula direitos, oportunidades e condições reais de exercício da cidadania, uma vez que não seja suficiente que os indivíduos tenham formalmente reconhecidos seus direitos se, na prática, permanecem impedidos de usufruí-los.

Nesse sentido, a liberdade substantiva é tanto um meio quanto um fim do desenvolvimento: ela se concretiza quando o sujeito dispõe de recursos materiais, sociais e políticos para participar ativamente da vida pública, influenciar decisões e realizar projetos de vida com dignidade.

Assim, compreender a cidadania a partir dessa perspectiva implica reconhecer que desigualdades econômicas, educacionais, de gênero ou

de orientação sexual não são apenas injustiças sociais, mas formas de restrição de liberdade que corroem o próprio sentido democrático da cidadania.

Portanto, a desigualdade não é apenas distributiva, mas também se manifesta em restrições às escolhas fundamentais de vida: viver sem violência, formar família, acessar trabalho digno, ocupar espaços públicos sem medo. No entanto, o universalismo da proposta de Sen pode gerar um conflito, ao falar de “sujeitos” abstratos, o autor corre o risco de invisibilizar desigualdades específicas de gênero, sexualidade e raça.

Nesse ponto, o diálogo com perspectivas críticas é indispensável. Fraser (2001) argumenta que justiça social exige simultaneamente redistribuição material e reconhecimento cultural. Aplicado à população LGBT, isso significa que não basta políticas econômicas inclusivas sem o enfrentamento à heteronormatividade; nem tampouco basta reconhecimento simbólico sem acesso real a recursos e oportunidades.

Portanto, o desafio está em tensionar Sen (2010) com Fraser (2001) e autoras feministas e queer. Se o desenvolvimento é expansão de liberdades, como pensar essa expansão em contextos nos quais certas vidas sequer são reconhecidas como “vidas” legítimas? Para Butler (2010) os corpos que escapam à matriz heteronormativa tornam-se “abjetos”, negados como sujeitos plenos. A promessa de liberdade, nesses casos, é bloqueada antes mesmo de se constituir como possibilidade.

Compreender as limitações do conceito de liberdade em Sen (2010) permite transitar, de forma crítica, para uma reflexão sobre as bases históricas que sustentam as desigualdades contemporâneas. Se o desenvolvimento pressupõe a ampliação das liberdades substantivas, é necessário reconhecer que tais liberdades não se distribuem em um vazio social, mas são moldadas por relações históricas de poder que regulam corpos, comportamentos e identidades. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar sexualidade e gênero como construções históricas, pois é a partir delas que se definem as fronteiras do que é considerado humano, legítimo e digno de reconhecimento social.

Portanto, a distribuição desigual dessas liberdades não é fruto do acaso, mas resultado de processos históricos que naturalizaram hierarquias de gênero e sexualidade, definindo quem pode ou não exercer plenamente sua cidadania.

## SEXUALIDADE E GÊNERO COMO CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS

O debate em torno da sexualidade e do gênero ganha densidade a partir das análises de Foucault (1979), que revelou como as sociedades modernas fabricam verdades sobre os corpos, transformando a sexualidade em dispositivo de poder. Segundo Foucault (1979, p.98):

[...] a sexualidade deve ser compreendida como um dispositivo histórico: não a realidade oculta que se apreende debaixo do que se diz, mas a rede de superfícies em que se articulam os estímulos do corpo, as intensidades do prazer, os discursos, os saberes e os controles.

A partir dessa leitura, a sexualidade deixa de ser compreendida como dado biológico e passa a ser vista como construção social e histórica, atravessada por discursos morais, médicos e jurídicos que moldam identidades e comportamentos.

No contexto brasileiro, Jurandir Freire Costa (1995) denuncia o processo de patologização da homossexualidade, evidenciando como o discurso médico-psiquiátrico serviu para legitimar a exclusão e o controle moral dos corpos dissidentes.

Para Jurandir (1995, p.256)

Homossexualidade e heterossexualidade são identidades sócio-culturais como quaisquer outras e não marca uma “lei universal da diferença de sexos”, inscrita no coração dos homens. Foram construídas pelas ideologias médicas e podem ser desconstruídas por outras teorias. O que as mantém em cartaz não são as leis do inconsciente, é nosso vocabulário moral. E se esse vocabulário estigmatiza, discrimina e faz mal a quem é discriminado.

Luiz Mott (2006), por sua vez, resgata a trajetória de resistência do movimento homossexual no país, mostrando que a luta pela visibilidade é também uma disputa por reconhecimento político e por cidadania. Suas análises revelam que a liberdade, enquanto valor substantivo permanece restrita quando corpos e identidades são desumanizados ou silenciados pelo conservadorismo social.

A crítica contemporânea de Butler (2010) amplia esse debate ao propor o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual o gênero não é uma essência, mas o efeito reiterado de normas sociais que definem o que pode ser inteligível como “homem” ou “mulher”. Essa perspectiva ilumina as experiências de pessoas transgênero, cuja existência desafia as fronteiras do reconhecimento social. A exclusão, nesse sentido, não é apenas econômica ou material, mas ontológica: ela nega a própria possibilidade de ser, de existir como sujeito de direitos e de liberdade.

No Brasil, Bento (2006) explora como a transexualidade é regulada por discursos médicos e jurídicos que impõem narrativas de “verdade” corporal, enquanto Louro (2004) mostra que a escola é espaço privilegiado de reprodução de normas de gênero e sexualidade. Ambos reforçam que a exclusão LGBT não é episódica, mas estrutural, enraizada em instituições que deveriam garantir cidadania.

Minayo (2000) lembra que práticas sociais são atravessadas por representações coletivas que orientam comportamentos e decisões institucionais. No caso LGBT, essas representações frequentemente associam dissidências sexuais à anormalidade ou à ameaça moral, naturalizando práticas discriminatórias em saúde, educação e trabalho. Essas representações não se limitam ao plano simbólico: como observa Butler (2010), os corpos que escapam à norma são construídos como “abjetos”, isto é, vidas cuja precariedade é socialmente produzida, tornando-as mais vulneráveis à violência e ao extermínio. No interior paulista, a ausência de políticas específicas não é apenas descaso administrativo, mas também reflexo de representações sociais que invisibilizam a existência LGBT ou a tratam como tema secundário.

## RECONHECIMENTO, CIDADANIA E DISPUTA PELO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Diante desse quadro de exclusão simbólica e material, os movimentos sociais assumem papel central na disputa por reconhecimento e cidadania. No Brasil, como aponta Gohn (2011), essas mobilizações deslocaram-se de pautas exclusivamente econômicas para abarcar dimensões culturais e identitárias. O movimento LGBT é exemplar desse processo, articulando demandas por políticas públicas com lutas por visibilidade e reconhecimento.

Fraser (2001) propõe uma teoria bidimensional da justiça, que articula as dimensões da redistribuição e do reconhecimento, permitindo compreender que a luta LGBT é, simultaneamente, econômica e cultural. Segundo a autora, “a justiça requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nem a eliminação da pobreza nem o fim do desprezo cultural isoladamente são suficientes para assegurar a paridade de participação” (Fraser, 2001, p. 288).

Essa perspectiva é fundamental para compreender a realidade de cidades médias, como Franca/SP, onde grupos organizados disputam não apenas recursos materiais, como acesso à saúde, segurança e cultura, mas também sentidos e narrativas, como o direito de existir, narrar e ocupar a cidade.

As marchas do orgulho, os coletivos culturais e as ações de visibilidade LGBT funcionam como arenas de disputa simbólica, em que se questiona quem tem direito de estar no espaço público e sob quais condições.

Essa dupla dimensão, econômica e simbólica, revela que a cidadania LGBT não é apenas uma questão de reconhecimento legal ou de políticas afirmativas pontuais, mas de transformação social profunda, que exige o desmantelamento das estruturas culturais e institucionais que sustentam a heteronormatividade como norma dominante.

A democracia brasileira, nesse contexto, permanece incompleta enquanto não incorporar plenamente sujeitos LGBT como cidadãos de direito. Como defende Zambam (2007), a democracia participativa requer

a inclusão ativa de grupos marginalizados e a ampliação das vozes que compõem o espaço público.

A diversidade, nesse sentido, não pode ser tratada como um adendo ou concessão, mas como elemento estruturante da própria ideia de cidadania. A presença de sujeitos LGBT na esfera pública tensiona os limites da democracia representativa, introduzindo novas formas de participação política e de produção de sentidos coletivos.

Foucault (1979) reforça que o poder se exerce de forma capilarizada, disseminando-se por múltiplas instâncias da vida social e regulando corpos e práticas. É nesse terreno que emergem os grupos LGBT: como contra dispositivos que produzem novas narrativas, ressignificam o corpo e afirmam outras práticas de liberdade.

Suas ações, muitas vezes localizadas e micropolíticas, desestabilizam o regime de verdade que sustenta a marginalização das dissidências sexuais e de gênero. Quando pessoas LGBT de Franca ocupam espaços públicos com atividades culturais, rodas de conversa ou performances artísticas, não estão apenas se divertindo ou ocupando o tempo livre: estão disputando a gramática da democracia, expandindo seus limites e reconfigurando o próprio sentido de “desenvolvimento”.

Essa atuação cotidiana mostra que a luta por reconhecimento é também uma luta pela reinvenção do político. Ao transformar o espaço urbano em território de resistência e expressão, os coletivos LGBT produzem novas formas de cidadania e de pertencimento, afirmando que viver com dignidade é, antes de tudo, um ato político. Assim, a ampliação da democracia e a consolidação de uma cultura de direitos passam necessariamente pelo reconhecimento e pela valorização da diversidade humana em todas as suas expressões.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, voltada à compreensão das formas de organização e atuação dos gru-

pos e movimentos LGBT da cidade de Franca/SP entre os anos de 2013 e 2014. Optou-se por essa abordagem por permitir um olhar aprofundado sobre os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e práticas sociais.

Segundo Minayo (2000, p. 22), as metodologias qualitativas são “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais”, o que as torna adequadas para compreender fenômenos complexos e historicamente situados. Assim, buscou-se analisar as vivências e percepções dos participantes em torno da militância, da cidadania e das liberdades substantivas, conforme o referencial de Amartya Sen (2010).

Participaram da pesquisa sete pessoas maiores de 18 anos, integrantes de grupos e/ou movimentos LGBT atuantes em Franca no período estudado. A seleção foi feita por amostragem em cadeia (snowball), técnica que parte de informantes iniciais e se expande por meio de indicações sucessivas, até atingir a saturação teórica. Como afirma Minayo (2000, p. 43), “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas na obtenção de uma compreensão profunda e abrangente do grupo social estudado”.

O instrumento de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas, compostas por um roteiro flexível que permitiu explorar temas emergentes no discurso dos participantes. De acordo com Lakatos e Marconi (2008, p. 194), a entrevista “compreende o encontro de duas pessoas, em que uma delas obtém informações a respeito de determinado assunto estudado”. Essa técnica foi escolhida por possibilitar a liberdade de expressão dos sujeitos e a apreensão dos significados presentes em suas narrativas.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo anonimato e respeito à integridade dos participantes.

Para o tratamento do material empírico, utilizou-se a análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), que define o método como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção”. As falas foram organizadas em categorias que emergiram do próprio material empírico, articuladas a eixos teóricos referentes ao desenvolvimento como liberdade, à justiça social e ao reconhecimento.

A análise buscou relacionar os depoimentos e experiências dos sujeitos à realidade social e política da cidade de Franca, evidenciando como, em meio à ausência de políticas públicas específicas, os grupos LGBT produziram estratégias de resistência, solidariedade e ampliação das liberdades substantivas.

## RESULTADOS

A análise das entrevistas permitiu identificar um conjunto de elementos que revelam tanto as condições sociais dos participantes quanto as dinâmicas de organização dos grupos e/movimentos LGBT em Franca/SP, no período de 2013 a 2014. Os dados apontam para a existência de redes diversas de sociabilidade, marcadas por trajetórias individuais de superação, resistência e afirmação identitária, configurando um cenário de luta por reconhecimento e ampliação das liberdades substantivas.

O grupo de entrevistados foi composto por sete pessoas adultas, com idades entre 35 e 45 anos, sendo seis homens e uma mulher. A maioria apresenta formação superior, três com graduação completa e dois com pós-graduação, o que indica um perfil com elevado capital educacional em relação à média da população local. Todos os participantes estavam inseridos no mercado de trabalho, exercendo funções que vão de psicólogo, advogado e agente administrativo a promotor de eventos, DJ e

empresário, o que demonstra um nível significativo de inserção profissional.

Em termos de moradia, observou-se uma diversidade nas formas de convivência, sendo que alguns residem sozinhos, outros com seus cônjuges, familiares ou amigos, evidenciando diferentes arranjos afetivos e familiares. A maioria declarou viver sua orientação sexual de maneira explícita, embora ainda enfrentem resistências em espaços familiares e religiosos. Esse conjunto de dados confirma que, mesmo diante de restrições sociais e simbólicas, os sujeitos constroem percursos de autonomia e pertencimento, articulando trabalho, afetividade e militância.

No período investigado, foi possível identificar a atuação de diferentes grupos e movimentos, cada um com objetivos e formatos de organização próprios. A Parada Gay de Franca configurava-se como o principal evento de visibilidade pública, marcada pela resistência e pela ausência de apoio institucional, sustentada por recursos autônomos e redes locais. Já o Grupo de Apoio Fênix, vinculado ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), cumpria papel relevante na prevenção de IST's e na construção de vínculos de apoio entre travestis e homossexuais, atuando como espaço de proteção e escuta.

O Cine Mix Brasil, desenvolvido em parceria com o SESC, Senac e Secretaria de Saúde, articulava arte, educação e saúde pública, promovendo debates sobre diversidade sexual por meio do cinema. O Grupo Budista da Diversidade, por sua vez, propunha um espaço de acolhimento espiritual e reflexão sobre sexualidade, rompendo barreiras religiosas e reafirmando o direito à fé para pessoas LGBT.

Outras iniciativas, como o Cereus, surgido em 2013, e as festas Só Elas e Festa do Troca, expressam formas de sociabilidade e resistência simbólica, ainda que com menor institucionalização. Já a Comissão da Diversidade da OAB/Franca representa um importante avanço institucional, aproximando o campo jurídico das demandas por direitos e reconhecimento, e contribuindo para a formação cidadã e o enfrentamento da discriminação.

A análise desses grupos evidencia uma pluralidade de estratégias: enquanto alguns atuam em frentes políticas e educativas, outros se estruturam em práticas culturais ou religiosas, compondo um mosaico de resistências que, no conjunto, ampliam o acesso a espaços públicos, ao diálogo social e à construção de sentidos de liberdade.

Com base nessa caracterização, foram construídos dois quadros analíticos para apresentar os resultados empíricos. O Quadro 1 sintetiza os principais grupos e movimentos LGBT identificados em Franca, destacando seus objetivos, parcerias, resultados e condições de continuidade.

Em seguida, o Quadro 2 organiza os achados conforme os eixos interpretativos do estudo: reconhecimento, pertencimento, segurança, acesso e articulação institucional, evidenciando as diferentes formas pelas quais essas experiências contribuíram para a ampliação das liberdades substantivas no contexto local.

**Quadro 1** - SÍNTESE DOS GRUPOS E/OU MOVIMENTOS LGBT DE FRANCA (2013-2014)

<b>Grupo e/ou Movimento</b>	<b>Natureza</b>	<b>Parcerias / Apoio</b>	<b>Objetivos principais</b>	<b>Resultados observáveis (liberdades substantivas)</b>	<b>Situação em 2014</b>
Parada Gay de Franca	Ato público de visibilidade	Rede local de ativistas; sem apoio municipal	Afirmação identitária e debate sobre direitos	Voz pública, reconhecimento, segurança parcial	Interrompida por falta de verba
Cereus	Coletivo formativo e de debate	Escola pública local	Discussão sobre sexualidade e direitos, formação de ONG	Pertencimento, formação cidadã, baixa sustentabilidade	Dissolvido
Cine Mix Brasil	Mostra de cinema e prevenção em saúde	SESC, Senac, Secretaria de Saúde, CTA	Educação e sensibilização sobre diversidade	Voz pública, acesso à informação, prevenção em saúde	Ativo

Grupo e/ou Movimento	Natureza	Parcerias / Apoio	Objetivos principais	Resultados observáveis (liberdades substantivas)	Situação em 2014
Grupo de Apoio Fênix	Grupo de apoio e prevenção	Secretaria Municipal de Saúde, CTA	Apoio a travestis e homossexuais, prevenção DST/AIDS	Pertencimento, proteção social, acesso a direitos	Ativo
Grupo Budista da Diversidade	Grupo religioso inclusivo	Comunidade budista local	Espiritualidade e acolhimento	Pertencimento, segurança subjetiva, aceitação religiosa	Ativo
Festa do Troca / Só Elas	Eventos culturais e de socialização	Redes informais de amigos	Expressão e convivência	Sociabilidade segura, expressão identitária	Ativos
Comissão da Diversidade OAB/Franca	Instância jurídica e educativa	OAB/SP, escolas, comunidade	Educação em direitos e combate ao preconceito	Voz pública, articulação institucional, informação jurídica	Ativa

Fonte: Elaborado pelos autores

Os elementos descritos no Quadro 1 subsidiam a elaboração do Quadro 2, no qual as experiências são reinterpretadas à luz dos eixos analíticos inspirados em Sen (2010) e Fraser (2001), destacando como as práticas locais expressam diferentes formas de liberdade e reconhecimento.

**Quadro 2** – Comparativo por eixos analíticos

Eixo analítico	Capacidade ampliada	Grupos com maior destaque	Limites / desafios
Voz pública e reconhecimento	Expansão do direito de expressão e presença no espaço público	Parada Gay, Cine Mix, OAB	Baixa cobertura midiática local; ausência de financiamento público
Acesso a bens e serviços	Melhoria no acesso à saúde e à informação	Grupo Fênix, Cine Mix	Carência de políticas educacionais e de trabalho inclusivas

Eixo analítico	Capacidade ampliada	Grupos com maior destaque	Limites / desafios
Segurança e redução de danos	Proteção simbólica e física em espaços controlados	Parada Gay (evento controlado), Fênix (rede de apoio)	Falta de políticas de segurança específicas; riscos para jovens expulsos
Pertencimento e sociabilidade	Fortalecimento de vínculos e bem-estar relacional	Budista da Diversidade, Festas, Cereus	Escala limitada; dispersão dos coletivos; pouca continuidade
Articulação institucional e sustentabilidade	Interlocução entre sociedade civil e instituições	OAB, Cine Mix, Fênix	Fragilidade financeira; dependência de lideranças individuais

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A rede LGBT de Franca, no período de 2013–2014, expressa um mosaico de estratégias de resistência e construção de cidadania em meio à invisibilidade institucional. Os participantes indicam que o reconhecimento simbólico avançou mais rapidamente do que a redistribuição material, em consonância com o que Nancy Fraser (2001) denomina de “dilema da justiça em tempos pós-socialistas”, em que “a justiça requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nem a eliminação da pobreza nem o fim do desprezo cultural isoladamente são suficientes para assegurar a paridade de participação” (Fraser, 2001, p. 288).

Sob essa ótica, as conquistas em Franca aproximam-se mais da dimensão do reconhecimento cultural do que da redistribuição econômica.

Sob a perspectiva teórica de Amartya Sen (2010), o desenvolvimento local observável nesse contexto se traduz em expansões parciais das “liberdades substantivas”, entendidas como “as várias formas de liberdade que os seres humanos têm razão para valorizar” (Sen, 2000, p. 36). Entre essas, destacam-se o direito à palavra, ao corpo, à convivência e à fé, dimensões fundamentais da dignidade humana e da cidadania.

As iniciativas dos coletivos LGBT francanos criaram condições reais de escolha e ação: o direito de estar no espaço público sem medo, de expressar-se culturalmente, de acessar cuidados de saúde e de construir vínculos de pertencimento.

Essas experiências configuram uma cartografia de microiniciativas democráticas, práticas que, mesmo sem respaldo estatal, ampliam as capacidades humanas e operam como núcleos de desenvolvimento ético e social. A ausência de políticas públicas específicas não impediu o surgimento de coletivos e redes que transformaram a vulnerabilidade em potência. Tal cenário reforça a necessidade de políticas intersetoriais contínuas, capazes de consolidar essas conquistas e reduzir as desigualdades estruturais que atingem a população LGBT no interior paulista.

Sob o olhar de Judith Butler (2010), essas práticas podem ser compreendidas como atos performativos de resistência. Como lembra a autora, “o corpo é um meio através do qual as normas regulatórias se materializam e são, ao mesmo tempo, desafiadas” (Butler, 2010, p. 48). Assim, quando sujeitos LGBT ocupam praças, cinemas, templos e escolas, não apenas se expressam, mas reconfiguram as fronteiras do que pode ser reconhecido como humano e legítimo.

A Parada LGBT, por exemplo, ao tornar o corpo visível e o afeto público, rompe com o regime heteronormativo e produz novos significados de cidadania. O mesmo ocorre em iniciativas como o grupo Budista da Diversidade, que ressignifica discursos religiosos e cria espaços espirituais de afirmação identitária.

As contribuições de Minayo (2000) ajudam a compreender o caráter simbólico dessas dinâmicas. Para a autora, “as práticas sociais são atravessadas por representações coletivas que orientam comportamentos e decisões institucionais” (Minayo, 2000, p. 28). No caso LGBT, tais representações frequentemente associam dissidências sexuais à anormalidade, reforçando barreiras invisíveis à cidadania plena. Contudo, é nesse mesmo terreno simbólico que emergem as formas mais potentes de resistência: nas famílias, nas escolas, nas igrejas e nos espaços de lazer. Os depoimentos analisados revelam que redes afetivas e comunitárias funcionam como mediadoras de enfrentamento ao preconceito, constituindo dispositivos sociais de solidariedade e cuidado.

Essas práticas locais podem ser interpretadas, em termos foucaultianos, como contra dispositivos de poder. Foucault (1988) lembra que “onde há poder, há resistência” (p. 91), e é justamente nas margens que emergem novas possibilidades de vida. Os movimentos LGBT de Franca, ao produzirem brechas no tecido normativo, criam espaços de liberdade que não dependem da tutela estatal, mas da criatividade social e do apoio mútuo.

Portanto, o desenvolvimento como liberdade, nesse contexto, assume uma dimensão ético-política: trata-se de criar condições para que todas as vidas possam florescer com dignidade, especialmente aquelas historicamente consideradas “abjetas” (Butler, 2010). A análise demonstra que, para sujeitos LGBT, a liberdade não é um ponto de partida, mas um processo cotidiano de conquista, um trabalho coletivo que transforma visibilidade em ato político e diferença em potência democrática.

Assim, Franca revela que o desenvolvimento humano e social transcende indicadores econômicos. Ele se concretiza na criação de ambientes sociais onde a diferença é acolhida e valorizada, a democracia se realiza na prática, quando se asseguram condições materiais e simbólicas que reduzem vulnerabilidades, reconhecem a diversidade afetiva e ampliam oportunidades de participação sem restrição. Reconhecer e fortalecer essas experiências é reconhecer que o verdadeiro desenvolvimento depende menos da acumulação de recursos e mais da ampliação do direito de existir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo permitiu evidenciar que a análise dos movimentos e grupos LGBT, mesmo em contextos interioranos como o de Franca/SP, não pode ser dissociada de um quadro teórico mais amplo que articule cidadania, reconhecimento, redistribuição e desenvolvimento humano.

A partir da perspectiva de Amartya Sen, compreendeu-se que o desenvolvimento precisa ser entendido como expansão de liberdades

substantivas, o que implica deslocar a discussão para além dos indicadores econômicos e centrar atenção nas condições concretas que permitem aos sujeitos viverem a vida que valorizam.

A literatura revisitada confirma que os movimentos LGBT desempenham papel decisivo na produção de novas gramáticas democráticas, operando tanto no plano simbólico, ao desafiar representações sociais estigmatizantes, quanto no plano material, ao reivindicar acesso a políticas públicas e a recursos institucionais.

Nos contextos do interior paulista, essa atuação assume contornos ainda mais relevantes, pois ocorre em territórios marcados por forte presença de valores conservadores, ausência de políticas locais específicas e persistência da invisibilidade social. O levantamento bibliográfico evidencia que, mesmo em cenários adversos, tais grupos se configuram como agentes ativos do desenvolvimento, ao produzirem redes de solidariedade, promoverem visibilidade cultural e reivindicarem reconhecimento e equidade.

As reflexões apresentadas reforçam que a efetivação do desenvolvimento como liberdade, no sentido proposto por Sen, exige a incorporação das demandas de populações historicamente marginalizadas, entre as quais a comunidade LGBT ocupa posição central. Reconhecer esses sujeitos como protagonistas do processo de desenvolvimento não é apenas uma questão de justiça, mas de fortalecimento da democracia e de aprofundamento do tecido social. Dessa forma, a luta por reconhecimento e redistribuição empreendida pelos movimentos LGBT deve ser entendida como parte constitutiva de um projeto de sociedade mais justa, plural e inclusiva.

As resistências e liberdades não são polos opostos, mas dimensões complementares de um mesmo processo: resistir às exclusões e violências é condição para que novas liberdades sejam produzidas, e essas liberdades, por sua vez, alimentam novas formas de resistência e de ação coletiva. O desafio colocado à academia, às políticas públicas e à sociedade civil é o de transformar essas tessituras em práticas concretas de

equidade, capazes de garantir que o desenvolvimento, no Brasil, seja de fato compreendido como liberdade para todas e todos.

## REFERÊNCIAS

Antunes, Edney Wesley. *Desenvolvimento como liberdade: as vozes de líderes de grupos e/ou movimentos LGBT da cidade de Franca/SP*. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Centro Universitário de Franca, Uni-FACEF, Franca, 2015.

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

Benevides, Bruna G. Brasil segue sendo o país do transfeminicídio. *Catarinas: Jornalismo Independente, Feminista e Antirracista*, 14 nov 2024. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/brasil-segue-sendo-o-pais-do-transfeminicidio/>> acesso em 11 out 2025.

Bento, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Cerqueira, D.; Bueno, S.; Lima, R. S.; Lins [et.al.]. *Atlas da Violência 2025*. Brasília: Ipea/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 11 out 2025.

Costa, Jurandir Freire. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Fraser, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.) 2001. *The new social theory reader*. Londres: Routledge, pp. 285-293.

Gohn, Maria da Glória (Org). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Louro, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

Mott, Luiz. *Homoafetividade: o amor que ousa dizer seu nome*. Salvador: Editora GGB, 2006.

Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Zambam, Neuro José. *Democracia e cidadania: desafios contemporâneos*. Passo Fundo: UPF Editora, 2007